

Arnaldo Rizzardo

O autor foi Magistrado no Estado do Rio Grande do Sul, tendo se aposentado como Desembargador. Desempenhou o magistério na Escola Superior da Magistratura do RGS e exerce atualmente a advocacia. É membro da Academia Brasileira de Direito Civil. Vários dos livros de sua literatura jurídica obtiveram o primeiro lugar e outras menções de destaque em concursos de monografia patrocinados pela Associação dos Magistrados Brasileiros e pela Associação dos Juizes do RGS. De seu vasto elenco de obras especializadas de direito, destaca-se a análise completa do Código Civil de 2002, num total de nove volumes.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

**5ª Edição – Revista e Atualizada Conforme a
Lei 14.230/2021 (Improbidade Administrativa)**

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9902-0

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrove, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

7219549

Rizzardo, Arnaldo.

R627 Ação civil pública e ação de improbidade administrativa./ Arnaldo Rizzardo./ 5ª ed. rev. e atual. conforme a lei 14.230/2021 (improbidade administrativa)./ Curitiba: Juruá, 2022.
 720 p.

1. Improbidade administrativa. 2. Administração pública.
 3. Ação civil pública. I. Título.

CDD 345.02323 (22. ed)
 CDU 35.077.2

00022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Parte Primeira AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Capítulo 1	A DEFESA DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS	23
Capítulo 2	PANORAMA HISTÓRICO NA FORMAÇÃO DA PROTEÇÃO DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS.....	27
Capítulo 3	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM OUTROS PAÍSES	31
Capítulo 4	A DENOMINAÇÃO AÇÃO CIVIL PÚBLICA	37
Capítulo 5	FONTES E CONCEITO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	41
Capítulo 6	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA E OUTRAS AÇÕES DE DEFESA CONSTITUCIONAL DE DIREITOS	43
Capítulo 7	ESPÉCIES DE AÇÕES CIVIS PÚBLICAS.....	49
Capítulo 8	PANORAMA DE LEIS VOLTADAS À DEFESA DOS INTERESSES PÚBLICOS, COLETIVOS OU SOCIAIS.....	55
Capítulo 9	NATUREZA DOS CONTEÚDOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	61
Capítulo 10	A DEFESA DE BENS, VALORES OU INTERESSES PÚBLICOS, DE GRUPOS, E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	65
Capítulo 11	A DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL	69
Capítulo 12	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	71
	12.1 A SISTEMÁTICA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A PROTEÇÃO	74
	12.2 RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE.....	75

12.3	PROTEÇÃO ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL	77
12.4	OUTRAS SITUAÇÕES ESPECIAIS DE PROTEÇÃO	82
12.5	COMINAÇÕES REPARATÓRIAS DO DANO AMBIENTAL	84
Capítulo 13	PROTEÇÃO AOS BENS E DIREITOS DE VALOR ARTÍSTICO, ESTÉTICO, HISTÓRICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO	87
Capítulo 14	PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA	91
14.1	REGRAS E POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA PROTEGÍVEIS PELA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	92
14.2	PLANO DIRETOR DA CIDADE E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	94
14.3	O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E A AÇÃO CIVIL PÚBLICA	95
14.4	EXEMPLOS DE SITUAÇÕES QUE COMPORTAM A AÇÃO CIVIL PÚBLICA	96
Capítulo 15	A DEFESA DO CONSUMIDOR E DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	99
15.1	O CONCEITO DE INTERESSE	101
15.2	INTERESSES DIFUSOS	104
15.2.1	A Tipificação pelo Código de Defesa do Consumidor e Características dos Interesses Difusos	106
15.3	INTERESSES COLETIVOS	107
15.3.1	Interesses Coletivos e Interesses de uma Classe de Pessoas	109
15.4	INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	111
15.4.1	Afinidade entre Interesses Coletivos e Interesses Individuais Homogêneos	113
15.4.2	Interesses Individuais Homogêneos de Pessoas Identificáveis	115
15.5	CONCOMITÂNCIA DA AÇÃO DE TUTELA E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ENVOLVENDO INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	116
15.6	A PROTEÇÃO DE INTERESSES METAINDIVIDUAIS E DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	118

15.7	A RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA DEFESA QUE ENVOLVE INTERESSES DO CONSUMIDOR	119
15.8	O NEXO CAUSAL ENTRE O DANO AO INTERESSE PROTEGIDO E O SUJEITO CAUSADOR	122
Capítulo 16	A DEFESA DA ORDEM ECONÔMICA E DA ECONOMIA POPULAR.....	125
Capítulo 17	A AÇÃO PARA A CONDENAÇÃO EM DINHEIRO E O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER	133
Capítulo 18	A REPARAÇÃO POR OFENSA AOS DANOS MORAIS	137
Capítulo 19	LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES INDIVIDUAIS E AÇÕES COLETIVAS.....	141
19.1	LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES CIVIS OU COLETIVAS.....	144
19.2	LITISPENDÊNCIA, CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....	146
Capítulo 20	CONDIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SUA AÇÃO PARA O CONSUMIDOR SE BENEFICIAR DO RESULTADO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	149
Capítulo 21	A DECADÊNCIA E A PRESCRIÇÃO NA OFENSA AOS INTERESSES PROTEGIDOS E NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	153
21.1	A DECADÊNCIA NO CAMPO DO DIREITO DO CONSUMIDOR.....	156
21.2	O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROFERIDA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	158
Capítulo 22	O FORO DA PROPOSITURA DA AÇÃO.....	163
22.1	COMPETÊNCIA EM FUNÇÃO DO LOCAL ONDE OCORREU O FATO	164
22.2	COMPETÊNCIA SE O FATO ATINGIU MAIS DE UMA COMARCA	165
22.3	COMPETÊNCIA EM FUNÇÃO DA MATÉRIA	167
Capítulo 23	OS LEGITIMADOS PARA PROPOREM A AÇÃO	171
23.1	LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES	174
23.2	LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOR A AÇÃO	178

23.3	SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E COLEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	181
23.4	LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E DOS SINDICATOS PARA PROMOVER A AÇÃO EM MATÉRIA QUE ENVOLVE RELAÇÕES DE TRABALHO.....	183
23.5	DIREITOS INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS E A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	185
23.6	LEGITIMIDADE DOS SINDICATOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	192
23.7	INTERESSE PROCESSUAL, LEGITIMIDADE PARA A AÇÃO E PERTINÊNCIA TEMÁTICA.....	193
23.8	REPRESENTATIVIDADE E LEGITIMAÇÃO.....	195
23.9	LEGITIMIDADE ATIVA CONCORRENTE E DISJUNTIVA	196
23.10	LITISCONSÓRCIO ENTRE OS LEGITIMADOS PARA A AÇÃO E ASSISTÊNCIA.....	198
23.11	LITISCONSÓRCIO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.....	201
Capítulo 24	LEGITIMIDADE PASSIVA NA AÇÃO	203
24.1	A LEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	204
Capítulo 25	A DENÚNCIAÇÃO E OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO.....	207
Capítulo 26	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE IMPORTA EM INGERÊNCIA NA COMPETÊNCIA DE UM DOS PODERES DO ESTADO	211
Capítulo 27	A CONCESSÃO ILEGAL OU IRREGULAR DE LICENÇA PELO ADMINISTRADOR PÚBLICO E REPERCUSSÕES JUNTO AO ADMINISTRADO	213
Capítulo 28	SITUAÇÕES DE ILEGALIDADE QUE SE CONSOLIDAM E NÃO COMPORTAM A AÇÃO CIVIL PÚBLICA	215
Capítulo 29	DESISTÊNCIA OU ABANDONO DA AÇÃO E ASSUNÇÃO DA TITULARIDADE POR OUTRO LEGITIMADO.....	221
Capítulo 30	CARÁTER DE COMPLEMENTARIEDADE RECÍPROCA DAS LEIS 7.347/1985 E 8.078/1990	225

Capítulo 31	AJUSTAMENTO DE CONDUTAS COMO FORMA DE TRANSAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	227
31.1	ENTIDADES OU PESSOAS LEGITIMADAS E AS DIMENSÕES NO AJUSTAMENTO DE CONDUTA	230
31.2	MEDIDAS PARA O CUMPRIMENTO DO COMPROMISSO AJUSTADO	232
Capítulo 32	PROVOCAÇÃO DA INICIATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROMOVER A AÇÃO.....	235
Capítulo 33	O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO	239
33.1	FINALIDADE BÁSICA DO INQUÉRITO CIVIL	243
33.2	O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL.....	244
Capítulo 34	REQUISIÇÕES DE INFORMAÇÕES E CERTIDÕES PARA A AÇÃO	249
Capítulo 35	A TUTELA ESPECÍFICA E COMINAÇÕES NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU NÃO FAZER	253
Capítulo 36	AÇÃO CAUTELAR, MEDIDA LIMINAR E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	259
36.1	A REVOGAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR E EFEITO SUSPENSIVO AOS RECURSOS	266
36.2	A SUSPENSÃO DA MEDIDA LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA CONTRA O PODER PÚBLICO	268
36.3	REQUISITOS PARA O PEDIDO DE SUSPENSÃO.....	271
36.4	POSSIBILIDADE DO AGRAVO CONTRA A DECISÃO QUE DEFERE OU NEGA O PEDIDO DE SUSPENSÃO E RENOVAÇÃO DESTE MESMO PEDIDO A TRIBUNAIS DE GRAU SUPERIOR	273
Capítulo 37	SUSPENSÃO DAS LIMINARES E DOS EFEITOS DA SENTENÇA	281
37.1	SUSPENSÃO COLETIVA DE LIMINARES	282
37.2	DURAÇÃO DA SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA LIMINAR OU DA SENTENÇA ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA.....	283

Capítulo 38	FUNDO PARA A RECONSTITUIÇÃO DOS BENS LESADOS E OUTRAS DESTINAÇÕES	285
38.1	A INDENIZAÇÃO DO LESADO INDIVIDUAL ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUNDO	288
Capítulo 39	A COISA JULGADA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	291
39.1	A COISA JULGADA E OS LIMITES NOS INTERESSES PROTEGIDOS PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	294
39.2	A COISA JULGADA DA SENTENÇA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E A AÇÃO PROPOSTA POR INTERESSADOS PARTICULARES	297
39.3	A VERIFICAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS NA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO	299
39.4	O ENFOQUE DA CONSTITUCIONALIDADE DE NOVA AÇÃO SE IMPROCEDENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR FALTA DE PROVAS.....	300
39.5	A COISA JULGADA ENVOLVENDO INTERESSES CONSTITUCIONAIS PROTEGIDOS PELA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	302
39.6	COISA JULGADA NOS LIMITES DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO ÓRGÃO PROLATOR DA SENTENÇA.....	304
39.7	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA DECLARAR A INVALIDADE DE SENTENÇA	308
Capítulo 40	A LIQUIDAÇÃO DA CONDENAÇÃO	315
Capítulo 41	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE CONDENOU EM OBRIGAÇÃO DE FAZER, OU NÃO FAZER, OU DE ENTREGA	317
Capítulo 42	O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE CONDENOU EM QUANTIA CERTA OU JÁ FIXADA EM LIQUIDAÇÃO.....	321
Capítulo 43	PREFERÊNCIA NO PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES INDIVIDUAIS	325
Capítulo 44	FORO COMPETENTE PARA A LIQUIDAÇÃO E PARA O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	327
Capítulo 45	DISPENSA DE ADIANTAMENTO DE CUSTAS E DE EMOLUMENTOS E SUA RESTRIÇÃO AOS LEGITIMADOS ATIVOS.....	329

Capítulo 46	ENCARGOS DA SUCUMBÊNCIA E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NA PROPOSITURA DA AÇÃO	331
Capítulo 47	A SUCUMBÊNCIA QUANDO PROCEDENTE A AÇÃO	337
Capítulo 48	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	341
Capítulo 49	O Uso da Ação Civil Pública para a Defesa dos Interesses Tutelados pela Ação Popular.....	345
Capítulo 50	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI.....	347
	50.1 O CONTROLE DIFUSO DA CONSTITUCIONALIDADE SEGUNDO A DOCTRINA E A JURISPRUDÊNCIA.....	350
Capítulo 51	AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE E PARA A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	357
Capítulo 52	PROTEÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.....	361
	52.1 A CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA	363
	52.2 AÇÕES E ATIVIDADES NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	364
	52.3 PESSOAS E ENTIDADES HABILITADAS A PROMOVEREM MEDIDAS JUDICIAIS DE PROTEÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	369
	52.4 EFICÁCIA DA SENTENÇA	371
	52.5 O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.....	372
Capítulo 53	AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DEFESA DOS INVESTIDORES	375
	53.1 A FINALIDADE DE EVITAR PREJUÍZOS E DE RESSARCIMENTO NAS OPERAÇÕES VISADAS PELA LEI, EM ESPECIAL NA APLICAÇÃO DE FUNDOS.....	376
	53.2 A LEGITIMIDADE PARA PROMOVER A AÇÃO.....	379
	53.3 PROVOCAÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO PROPOR A AÇÃO	381
	53.4 A DESTINAÇÃO DAS IMPORTÂNCIAS DECORRENTES DA CONDENAÇÃO	383

Capítulo 54	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	385
54.1	ESPECIFICAÇÃO DOS INTERESSES E DIREITOS PROTEGÍVEIS	388
54.2	DIREITOS BÁSICOS NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	390
54.3	HIPÓTESES COMUNS QUE ENSEJAM A AÇÃO CIVIL PÚBLICA	392
54.4	COMPETÊNCIA PARA PROMOVER A AÇÃO	393
54.5	O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO	394
Capítulo 55	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A PROTEÇÃO DE PESSOA IDOSA	395
55.1	A PROTEÇÃO PELA LEI 8.842/1994	395
55.2	A PROTEÇÃO PELA LEI 10.741/2003 (ESTATUTO DO IDOSO)	398
55.3	A DEFESA ATRAVÉS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E DE OUTRAS DEMANDAS, E LEGITIMAÇÃO PARA O AJUIZAMENTO	399
55.4	PROVOCAÇÃO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO AGIR E INQUÉRITO CIVIL	402
55.5	DESTAQUES A DIREITOS ESPECIAIS	403
55.6	ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO	405

Parte Segunda

AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Capítulo 1	ATOS DE IMPROBIDADE E SUA CARACTERIZAÇÃO	411
Capítulo 2	A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O ALCANCE NO CONTROLE DA CORRUPÇÃO E DA GESTÃO PÚBLICA	419
Capítulo 3	DADOS HISTÓRICOS	423
Capítulo 4	A DEFESA DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS MOVIMENTOS INTERNACIONAIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO	427

Capítulo 5	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ENQUADRADA COMO AÇÃO CIVIL PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM A AÇÃO POPULAR E AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	431
Capítulo 6	AGENTES PÚBLICOS OU SUJEITOS ATIVOS DAS ATIVIDADES PÚBLICAS.....	435
6.1	AGENTE PÚBLICO QUE EXERCE FUNÇÃO ESTATAL	439
6.2	SUJEITOS ATIVOS NÃO PERTENCENTES À CATEGORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS QUE EXERCEM OU NÃO FUNÇÕES ESTATAIS.....	442
6.3	A INEXISTÊNCIA DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIRO SE NÃO PRATICADA A IMPROBIDADE PELO AGENTE PÚBLICO.....	445
Capítulo 7	AS ENTIDADES PÚBLICAS PROTEGIDAS.....	447
Capítulo 8	A AÇÃO CONTRA A IMPROBIDADE LEGISLATIVA	453
Capítulo 9	LEGITIMIDADE PARA PROPOR A AÇÃO DE IMPROBIDADE....	457
Capítulo 10	A POSSIBILIDADE DE TRANSAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.....	459
Capítulo 11	REGRAS PROCEDIMENTAIS.....	465
Capítulo 12	A SENTENÇA E UNIFICAÇÃO DE SANÇÕES	481
Capítulo 13	REGRAS DE COMPETÊNCIA E A PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	487
Capítulo 14	OBRIGATORIEDADE DO RESSARCIMENTO DO DANO.....	493
Capítulo 15	REPRESENTAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS e condições para a concessão DE MEDIDAS PREVENTIVAS.....	497
Capítulo 16	A INDISPONIBILIDADE DE BENS.....	505
Capítulo 17	O AFASTAMENTO DO CARGO E OUTRAS MEDIDAS.....	511
Capítulo 18	A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA E AS LIMITAÇÕES NA SUA CONCESSÃO.....	515
Capítulo 19	LIMINARES E TUTELA PROVISÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO.....	519

Capítulo 20	POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS LIMINARES DE GARANTIA OU DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA	521
Capítulo 21	A PRESCRIÇÃO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	525
21.1	A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES PURAMENTE RESSARCITÓRIAS	532
Capítulo 22	A REPRESENTAÇÃO DE INTERESSADOS E O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE	535
Capítulo 23	BENS E VALORES PROTEGIDOS	539
Capítulo 24	PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS PELOS AGENTES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO	541
24.1	A LEGALIDADE	544
24.2	A IMPESSOALIDADE	545
24.3	A MORALIDADE	546
24.4	A PUBLICIDADE	547
24.5	A EFICIÊNCIA.....	549
24.6	A FINALIDADE.....	550
Capítulo 25	CATEGORIAS DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	553
25.1	ATOS DE IMPROBIDADE QUE IMPORTAM EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES	554
25.2	ATOS DE IMPROBIDADE QUE IMPORTAM EM PREJUÍZO AO ERÁRIO	568
25.3	ATOS DE IMPROBIDADE QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	590
Capítulo 26	EXEMPLOS DE ATOS DE IMPROBIDADE POR OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AFASTAMENTO DAS INFRAÇÕES ELEITORAIS	607
Capítulo 27	O CONCURSO DE VIOLAÇÕES	613
Capítulo 28	O REQUISITO DO DOLO NA CONFIGURAÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE	615

Capítulo 29	A DESTINAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE E A INICIATIVA NA LIQUIDAÇÃO E NO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	619
Capítulo 30	CUMULAÇÃO DE SANÇÕES COMINADAS AO RESPONSÁVEL PELO ATO DE IMPROBIDADE E SUCESSÃO NA RESPONSABILIZAÇÃO	623
Capítulo 31	O JULGAMENTO DA IMPUTAÇÃO QUE ENSEJA A AÇÃO DE IMPROBIDADE CIVIL EM OUTRA ESFERA DA JUSTIÇA.....	629
Capítulo 32	OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE NA APLICAÇÃO DO SANCIONAMENTO.....	633
Capítulo 33	CONFRONTO ENTRE AS PENALIDADES ESTABELECIDAS NO ART. 37, § 4º, DA CF E AS DO ART. 12 DA LEI 8.429/1992	637
Capítulo 34	DISCRIMINAÇÃO DAS PENALIDADES	639
Capítulo 35	AS SANÇÕES DOS ATOS DE IMPROBIDADE EM ESPÉCIE.....	641
	35.1 PERDA DOS BENS OU VALORES ACRESCIDOS ILICITAMENTE AO PATRIMÔNIO DO AGENTE OU DE TERCEIRO	644
	35.2 RESSARCIMENTO DO DANO PATRIMONIAL E MORAL.....	645
	35.3 PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA.....	648
	35.4 SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	654
	35.5 A MULTA CIVIL	656
	35.6 PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE RECEBER BENEFÍCIOS	657
Capítulo 36	A GRADAÇÃO E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES.....	661
Capítulo 37	ADIANTAMENTO DE DESPESAS E ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA ...	665
Capítulo 38	EXIGÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PELO AGENTE PÚBLICO	669
Capítulo 39	A REPRESENTAÇÃO CONTRA PESSOA SABIDAMENTE INOCENTE.....	673
Capítulo 40	A EFETIVAÇÃO DA PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA OU DA SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS E O AFASTAMENTO DO AGENTE NO CURSO DO PROCESSO.....	677

Capítulo 41	APLICAÇÃO DAS SANÇÕES NÃO DEPENDENTE DO EFETIVO DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO OU DA APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO DAS CONTAS POR ÓRGÃO INTERNO, OU PELO TRIBUNAL OU CONSELHO DE CONTAS, E INTERFERÊNCIA DE DECISÕES DE OUTROS PROCESSOS NA AÇÃO DE IMPROBIDADE	681
Capítulo 42	A QUEBRA DO SIGILO NAS INFORMAÇÕES DE FATOS CRIMINAIS.....	687
Capítulo 43	A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SEGUNDO O ESTATUTO DA CIDADE	691
Capítulo 44	EXTINÇÃO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR FALTA DE PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO SEU PROSSEGUIMENTO, NO PRAZO DE UM ANO DA PUBLICAÇÃO DA LEI 14.230/2021	695
	REFERÊNCIAS	697
	ÍNDICE REMISSIVO.....	703